

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjcdcdh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 057/2019-PGJ, DE 11.1.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Alterar a Portaria nº 4117/2018-PGJ, de 5.12.2018, publicada no DOMP nº 1873, de 7.12.2018, na parte que estabeleceu a Escala de Plantão dos Procuradores de Justiça Criminais, referente ao 1º semestre de 2019, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORES DE JUSTIÇA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS Cel.: 98478-2122
14 (18h01min) a 21.1.2019 (7h59min)	Sergio Fernando Raimundo Harfouche
21 (18h01min) a 28.1.2019 (7h59min)	Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORES DE JUSTIÇA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVO Cel.: 98478-2122
14 (18h01min) a 21.1.2019 (7h59min)	Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya
21 (18h01min) a 28.1.2019 (7h59min)	Sergio Fernando Raimundo Harfouche

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 055/2019-PGJ, DE 11.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Acrescentar o Promotor de Justiça abaixo relacionado na Portaria nº 4101/2018-PGJ, de 4.12.2018, que estabeleceu a escala de férias individuais dos Promotores de Justiça, referente ao primeiro semestre de 2019:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
	1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Gustavo Henrique Bertocco de Souza	20.5 a 8.6.2019			14 a 23.1.2019

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 056/2019-PGJ, DE 11.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Ana Cristina Carneiro Dias 10 (dez) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2012/2013, a serem usufruídos no período de 24.1 a 2.2.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 058/2019-PGJ, DE 11.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Jerusa Araujo Junqueira Quirino 10 (dez) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2014 a 6 de janeiro de 2015, a serem usufruídos nos períodos de 28.1 a 1º.2.2019 e de 11 a 15.2.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 059/2019-PGJ, DE 11.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Allan Thiago Barbosa Arakaki	8, 9 e 10.12.2017	24, 25 e 26.4.2019
Jerusa Araujo Junqueira Quirino	29 e 30.7, 5 e 6.8 e 2.9.2017	21, 22, 23, 24 e 25.1.2019
	3.9, 8, 9 e 10.12.2017 e 20.1.2018	4, 5, 6, 7 e 8.2.2019
Lia Paim Lima	29 e 30.7.2017	21 e 22.1.2019
	16 e 17.9 e 18.11.2017	15, 16 e 17.4.2019
	19.11.2017; 24 e 25.2, 10 e 11.3.2018	13, 14, 15, 16 e 17.5.2019
Matheus Macedo Cartapatti	17.4, 14 e 15.5, 2 e 3.7.2016	7, 8, 9, 10 e 11.1.2019

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 060/2019-PGJ, DE 11.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Paulo Henrique Mendonça de Freitas, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 34ª Zona Eleitoral, a partir de 30.1.2019, pelo período de 2 (dois) anos; e tornar sem efeito a Portaria nº 042/2019-PGJ, de 9.1.2019, publicada no DOMP nº 1886, de 11.1.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 062/2019-PGJ, DE 11.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Matheus Macedo Cartapatti 5 (cinco) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2012 a 6 de janeiro de 2013, a serem usufruídos no período de 14 a 18.1.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 064/2019-PGJ, DE 11.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Retificar a Portaria nº 3194/2018-PGJ, de 20.9.2018, que concedeu férias compensatórias ao Promotor de Justiça Ricardo Rotunno, de forma que, onde consta: “referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2012 a 6 de janeiro de 2013”; passe a constar: “referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2013 a 6 de janeiro de 2014.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 065/2019-PGJ, DE 11.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Moisés Casarotto, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 51ª Zona Eleitoral, no período de 7 a 21.1.2019, em razão de férias e licença da titular, Promotora de Justiça Rosana Suemi Fuzita Irikura.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 066/2019-PGJ, DE 11.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 9ª Promotora de Justiça de Dourados, Fabrícia Barbosa Lima, para, sem prejuízo de suas funções responder pela 10ª Promotoria de Justiça de Dourados da referida Comarca, nos dias 3, 4, 5, 18 e 19 de dezembro de 2018, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Promotor de Justiça Eteocles Brito Mendonça Dias Junior.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 067/2019-PGJ, DE 11.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,
R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 41ª Zona Eleitoral, a partir de 30.1.2019, até ulterior deliberação, e revogar na mesma data a Portaria nº 1150/2018-PGJ, de 2.4.2018, que designou o Promotor de Justiça Paulo Henrique Mendonça de Freitas; e tornar sem efeito as Portarias nº 4115/2018-PGJ, de 19.12.2018, e nº 037/2019-PGJ, de 9.1.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
 Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 068/2019-PGJ, DE 11.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,
R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça George Zarour Cezar, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 34ª Zona Eleitoral, em razão de ausência dos titulares, conforme segue:

PERÍODO	MOTIVO	TITULAR
21 a 26.1.2019	Férias	Victor Leonardo de Miranda Taveira
30.1 a 15.2.2019	Licença e Férias	Paulo Henrique Mendonça de Oliveira

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
 Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 069/2019-PGJ, DE 11.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,
R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4372/2018-PGJ, de 18.12.2018, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de janeiro de 2019, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 11 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PARANAÍBA, INOCÊNCIA E APARECIDA DO TABOADO			
19 e 20.1.2019	3ª PJ de Paranaíba	Leonardo Dumont Palmerston	98478-2050
26 e 27.1.2019	2ª PJ de Paranaíba	Ronaldo Vieira Francisco	98478-2379

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 11 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PARANAÍBA, INOCÊNCIA E APARECIDA DO TABOADO			
19 e 20.1.2019	2ª PJ de Paranaíba	Ronaldo Vieira Francisco	98478-2379
26 e 27.1.2019	3ª PJ de Paranaíba	Leonardo Dumont Palmerston	98478-2050

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
 Procurador-Geral de Justiça em exercício

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**AVISO N. 01/CGMP/2019**

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 168 da Lei Complementar nº 72/94, alterada pela Lei Complementar nº 145/2010,

A V I S A:

Às autoridades judiciárias e policiais, bem como aos senhores Advogados, Defensores Públicos, Promotores de Justiça e público em geral, que o **Corregedor-Geral do Ministério Público** realizará **visita correcional** nas Promotorias de Justiça da comarca de Três Lagoas, nos dias **24 e 25 de janeiro de 2019**.

Campo Grande, 11 de janeiro de 2019.

MARCOS ANTONIO MARTINS SOTTORIVA
Corregedor-Geral do Ministério Público

AVISO N. 02/CGMP/2019

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 168 da Lei Complementar nº 72/94, alterada pela Lei Complementar nº 145/2010,

A V I S A:

Serão objeto de Correição Ordinária as Promotorias de Justiça abaixo elencadas, **cujos procedimentos correccionais iniciar-se-ão a partir do 15º dia da publicação deste aviso:**

PROMOTORIA DE JUSTIÇA
10ª PJ Campo Grande
11ª PJ Campo Grande
12ª PJ Campo Grande
13ª PJ Campo Grande
14ª PJ Campo Grande
15ª PJ Campo Grande
16ª PJ Campo Grande
17ª PJ Campo Grande
18ª PJ Campo Grande
19ª PJ Campo Grande
20ª PJ Campo Grande
21ª PJ Campo Grande

O procedimento correcional terá início após o transcurso do prazo legal, observada a possibilidade da realização de diligências, que poderão ser determinadas à Assessoria Especial no bojo do procedimento digital, por via remota (SAJ-MP ou SAJ-TJ) ou *in loco*.

A data da visita pessoal do Corregedor-Geral na Promotoria de Justiça correicionada, para conclusão dos trabalhos, será informada em aviso próprio a ser publicado no DOMP.

Campo Grande, 11 de janeiro de 2019.

MARCOS ANTONIO MARTINS SOTTORIVA
Corregedor-Geral do Ministério Público

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/PGJ/2019

Processo nº PGJ/10/3831/2018.

Partes:

1 – **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**;

2 – **SOBRAL-CHAVES E CARIMBOS LTDA**, representada por **Cicero Prado Sobral**.

Procedimento Licitatório: **Pregão Presencial nº 53/PGJ/2018**.

Amparo Legal: Lei nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993.

Objeto: Contratação do fornecimento de carimbos automáticos e em madeira (confeccionados em fotopolímero), refil (almofada) e tintas para carimbo, durante o exercício financeiro de 2019. Sendo faturados apenas os itens produzidos e entregues mediante prévia solicitação do Contratante.

Valor total estimado: R\$40.502,43 (quarenta mil, quinhentos e dois reais e quarenta e três centavos).

Vigência: 10.01.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 10 de janeiro de 2019.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 114/PGJ/2017.

Processo PGJ/10/3933/2017.

Partes:

1 – **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Paulo Cezar dos Passos**;

2 – **INSTITUTO MIRIM DE CAMPO GRANDE – IMCG**, representado por sua Diretora-Presidente, **Maria Suênia de Lima Romeiro**.

Amparo legal: Artigo 61, *caput*, e do artigo 65, inciso II, alíneas “b” e “c”, e § 5º, da Lei nº 8.666/1993, da Emenda Constitucional nº 77, de 18 de abril de 2017, Instrução Normativa nº 146, de 25 de julho de 2018, do Ministério do Trabalho/Secretaria de Inspeção do Trabalho.

Objeto: A **alteração da nomenclatura da função** exercida pelos aprendizes, para Auxiliar em Serviços de Escritório, a **alteração da carga horária de atividades práticas** para 4 (quatro) horas diárias, a **previsão da carga horária de atividades teórica** de 2 (duas) horas que os aprendizes desenvolvem junto à Contratada; a **correção do valor mensal**, por aprendiz, em razão do aumento das passagens urbanas, de R\$ 3,70 (três reais e setenta centavos) para R\$ 3,95 (três reais e noventa e cinco centavos); a **inclusão de local para prestação dos serviços** e a **alteração do índice de correção**, para que os reajustes sejam calculados de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou outro índice adotado pelo governo em substituição ao mencionado, diante da Emenda Constitucional nº 77/2017.

Valor estimado mensal: R\$ 142.089,60 (cento e quarenta e dois mil, oitenta e nove reais e sessenta centavos).

Data de vigência: 27.12.2018 a 02.01.2020.

Data de assinatura: 27 de dezembro 2018.

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

Processo PGJ/10/0016/2019.

Amparo legal: Artigo 25, *caput*, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Ordenador de Despesa: **Paulo César Zeni**, Promotor de Justiça e Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, *em exercício*, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 20.000,00, nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000087, de 08.01.2019.

Objeto: Fornecedor de água e tratamento de esgoto para as Promotorias de Justiça do interior do Estado.

Justificativa: A Empresa de Saneamento de MS S.A - **SANESUL** é a única prestadora dos serviços no interior do Estado.

Ratifica: **Humberto de Matos Brittes**, Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico.

Campo Grande/MS, 8 de janeiro de 2019.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 112/PGJ/2018.

Processo PGJ/10/4202/2018.

Partes:

1 – **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio de Desenvolvimento do Ministério Público** representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**.

2 – **COMPWIRE INFORMÁTICA S/A**, representada por **Marcos Roberto Hohmann Choinski e Guilherme Lang Junior**.

Procedimento licitatório: **Pregão Presencial nº 55/PGJ/2018**

Amparo legal: Lei nº 10.520, de 17/07/2002, e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e suas alterações.

Objeto: Aquisição de 32 (trinta e duas) licenças de uso perpétuo do software de backup *veeam backup & replication enterprise plus for vmware (academic / public sector)* com suporte de 60 meses (*sku p-vbrpls-vs-p0000-00 e v-vbrpls-vs-p04pp-00*) para a capital e aquisição de 100 (cem) licenças de uso e suporte por 60 meses do software de backup *veeam backup & replication enterprise plus licensed by vm 5 years subscription upfront billing license & production (24/7) (academic / public setor) (sku p-vbrpls-0v-su5yp-00)* para o interior, incluindo os serviços de implantação e treinamento oficial em turma pública com carga horária mínima de 40 horas.

Valor total da contratação: R\$ 1.250.000,00 (um milhão, duzentos e cinquenta mil reais) nos termos das Notas de Empenho nº 2018NE000188, nº 2018NE000189, nº 2018NE000190, ambas de 21.12.2018.

Vigência: 28.12.2018 a 28.12.2023.

Data de assinatura: 28 de dezembro de 2018.

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.

Processo PGJ/10/0023/2019.

Amparo legal: Inc. VIII, art. 24 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Ordenador de Despesa: **Paulo César Zeni**, Promotor de Justiça e Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, *em exercício*, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$1.500,00, nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000114, de 09.01.2019.

Credor: **DETRAN/MS – SSP Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul**.

Objeto: Despesas com o emplacamento e outras despesas de veículos oficiais do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ratifica: **Humberto de Matos Brittes**, Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico.

Campo Grande/MS, 9 de janeiro de 2019.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 2/PGJ/2019.

Processo PGJ/10/3958/2018.

Partes:

1 – **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, **Humberto de Matos Brittes**.

2 – **BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA-ME**, representada por **Michelle Lemos Trindade Sousa**.

Procedimento licitatório: **Pregão Eletrônico nº 4/PGJ/2018**

Amparo legal: Lei nº 10.520, de 17/07/2002, e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e suas alterações.

Objeto: Prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo pesquisa de preços, reserva, emissão, marcação remarcação, endosso e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, para atender às necessidades do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, sendo o valor estimado anual de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) para passagens aéreas nacionais e o valor estimado anual de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para passagens aéreas internacionais.

Valor estimado anual: R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais) nos termos das Notas de Empenho nº 2019NE000021 e nº 2019NE000022, ambas de 03.01.2019.

Vigência: 11.01.2019 a 11.01.2020.

Data de assinatura: 8 de janeiro de 2019.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CORUMBÁ****EDITAL 0002/2019/05PJ/CBA**

Autos de Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004620-1

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo 09.2018.00004620-1, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> mediante senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça,

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: A apurar

Assunto: Fiscalizar o cumprimento da Recomendação nº 003/2018 oriunda do Inquérito Civil nº 06.2018.00003362-8.

Corumbá/MS, 09 de janeiro de 2019.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

EDITAL 0003/2019/05PJ/CBA

Autos de Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004621-2

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo 09.2018.00004621-2, decorrente da migração para sistema diverso do PA n. 08/2015, e que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> mediante senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça,

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Osvalmir Nunes da Silva, Paulo Rogerio Feliciano Barbosa, Erico Valle Loaiza, Mauro Botelho Rocha, Evelyn Nazaré Moreira Vieira Navarro, José Francisco Mendes Sampaio, Domingos Sávio de Arruda, Rubens Rojas Gimenes, Ataíde Moura de Arruda, Roberto Guimarães

Assunto: Acompanhar o andamento do processo nº 0801532-54.2014.8.12.0008, de cumprimento de sentença que condenou os requeridos José Francisco Mendes Sampaio (representado pela inventariante Luciane Andréa Jesus dos Santos Sampaio), Ataíde Moura de Arruda, Domingos Sávio Arruda, Rubens Rojas Gimenes, Roberto Guimarães, Osvalmir Nunes da Silva, Paulo Rogério Feliciano Barbosa, Erico Valle Loaiza, Evelyn Nazaré Moreira Vieira Navarro e Mauro Botelho Rocha, a ressarcirem o erário por prática de ato de improbidade administrativa, bem como realizar diligências visando a localização de bens a serem revertidos ao erário.

Corumbá/MS, 09 de janeiro de 2019.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

DOURADOS

EDITAL N. 0002/2019/17PJ/DOS

A 17ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Correa Neto, n. 400, Bairro Jardim São Pedro ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n. 09.2019.00000033-0

Requerente(s): Ministério Público Estadual.

Assunto: Acompanhar visitas técnicas nas entidades de acolhimento da Comarca de Dourados/MS no ano de 2019.

Dourados/MS, 09 de janeiro de 2019.

LUIZ GUSTAVO CAMACHO TERÇARIOL

Promotor de Justiça

TRÊS LAGOAS

EDITAL N. 007/2018/04PJ/TLS

A 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas/MS, nos termos do artigo 56 da Resolução nº 14/2017-CPJ, torna pública a migração do IC - Inquérito Civil nº 16/2014/04PJ/TLS para o sistema SAJ/MP, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

IC - Inquérito Civil nº 06.2018.00003658-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Três Lagoas

Assunto: Apurar a eficácia dos mecanismos da Prefeitura Municipal de Três Lagoas para combate a possíveis focos de mosquito da dengue em terrenos baldios. (Objeto originário do Inquérito Civil nº 016/2014/04PJ/TLS).

Três Lagoas/MS, 19 de dezembro de 2018.

ANA CRISTINA CARNEIRO DIAS

Promotora de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

MIRANDA

PORTARIA Nº 001/2019

A PROMOTORA DE JUSTIÇA TITULAR DA 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MIRANDA, CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a instalação, na Promotoria de Justiça de Miranda, do programa de automação denominado SAJ-MP, o qual almeja conferir maior celeridade e organização ao trâmite dos procedimentos judiciais e extrajudiciais sob responsabilidade do Ministério Público;

CONSIDERANDO que a delegação da prática de atos meramente ordinatórios aos órgãos de apoio administrativos, nos procedimentos internos da Promotoria de Justiça, é medida salutar para gestão interna e significará economia de tempo para o órgão de execução;

CONSIDERANDO que, por meio da Emenda Constitucional nº 045/2004, que promoveu a reforma do Poder Judiciário, visando torná-lo mais célere, foi inserido, no art. 93, o inciso XIV, com a seguinte redação: "*os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório*".

CONSIDERANDO que o preceito acima mencionado aplica-se ao Ministério Público brasileiro, por força da simetria estabelecida nos termos do art. 129, §4º da Constituição da República;

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 162, §4º do Código de Processo Civil, cuja redação é a seguinte: "*Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessários.*"

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 21 da Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007, cuja redação é a seguinte: "*O presidente poderá expedir portaria interna em que constem os atos de mero expediente que o Oficial de Promotoria realizará independentemente de determinação expressa*", valendo mencionar que o dispositivo legal se refere ao ocupante do cargo de Técnico-I;

CONSIDERANDO que há, portanto, norma interna que autoriza aos órgãos de execução a delegar aos órgãos de apoio administrativo a prática de atos meramente ordinatórios nos procedimentos de responsabilidade do Ministério Público, o que está em harmonia com os preceitos constitucionais vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar ao Técnico-I, responsável pelo serviço de apoio, a prática dos seguintes atos, independentemente de despacho:

a) Promover a juntada, nos autos de Inquéritos Cíveis, Procedimentos Preparatórios, Procedimentos Administrativos, Notícias de Fato e Procedimentos de Investigação Criminal, de documentos encaminhados pelas partes, interessados ou órgãos públicos, para a instrução dos feitos;

b) Recebidos documentos na Promotoria de Justiça, o Técnico-I deverá cadastrá-lo no protocolo do sistema SAJ-MP, apor a etiqueta de identificação do número do protocolo, gerada pelo sistema, e promover, imediatamente, a juntada nos autos dos procedimentos listados na alínea "a", deste artigo.

c) Acaso o documento recebido na Promotoria de Justiça se refira a mais de um procedimento em trâmite, o Técnico-I deverá reproduzi-lo e promover a juntada em todos os autos;

d) Realizada a juntada, os documentos físicos deverão remanescer arquivados com a anotação "juntado em autos eletrônicos" indicando-se o número do procedimento SAJMP, sem a necessidade de novo despacho do órgão de execução.

Art. 2º - Após a realização de juntada, o Técnico-I, imediatamente, fará a conclusão do procedimento respectivo, alocando-o na fila "*Aguarda Análise do Promotor*", do SAJ-MP.

Art. 3º - O Técnico-I, após registrar no protocolo os convites e outros documentos meramente informativos (datas festivas, calendários, cópias de arrestos), deverá apresentá-los para despacho manual.

Parágrafo único – O Técnico-I deverá arquivar (dar baixa), no sistema SAJ-MP, os convites e outros documentos meramente informativos, após terem sido manualmente despachados.

Art. 4º - Em similitude ao que ocorre no Poder Judiciário (art. 152, inciso I e art. 250, inciso VI da Lei nº 13.105/2015 – Novo Código de Processo Civil, que dispõem caber ao escrivão firmar alguns atos de comunicação do Poder Judiciário) e tendo em vista que a desburocratização – com a retirada, do órgão de execução, da prática de atos de mero expediente -, permite economia de tempo para a análise de questões fáticas e jurídicas mais relevantes para a preservação do interesse público fica delegado ao Técnico-I, responsável pelo serviço de apoio, a atribuição para redigir, assinar e expedir os seguintes atos de mera comunicação às partes que não possuem caráter requisitório ou decisório:

a) ofícios ou cartas, impressas ou eletrônicas, informando a comunicação de arquivamento de procedimentos;

b) ofícios respondendo a convites;

c) convites para comparecimento na Promotoria de Justiça;

d) mensagens eletrônicas em resposta a requisições dos órgãos internos do MPMS.

e) certidões, termos de juntada, relatórios e demais expedientes necessários ao fiel cumprimento dos despachos da Promotora de Justiça.

Parágrafo único – O Técnico-I deverá consignar nos documentos de que trata o presente artigo, que os remete por ordem da Promotora de Justiça titular e com fulcro em atribuição delegada por esta Portaria, sendo vedada a assinatura de requisições, notificações, expedientes direcionados à Administração Superior do MP e às autoridades elencadas no art. 22, §3º, da Resolução nº 015/2007.

Publique-se no DOMPMS. Fixe-se cópia no quadro de avisos desta Promotoria de Justiça.

Encaminhem-se cópias ao Procurador-Geral de Justiça e ao Corregedor-Geral, para conhecimento.

Cumpra-se.

Miranda, 08 de janeiro de 2019.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA
2ª Promotora de Justiça de Miranda

PONTA PORÃ

EDITAL Nº 0211/2018/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003975-5, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n. 09.2018.00003975-5

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): Gisélia Esteves Lopes Viana

Assunto: acompanhar o cumprimento de acordo extrajudicial relativo à compensação ambiental por danos oriunda do exercício de atividade potencialmente poluidora sem o devido licenciamento ambiental - IC 63/2012

Ponta Porã/MS, 12 de dezembro de 2018.

GISLEINE DAL BÓ
Promotora de Justiça em Substituição Legal

EDITAL Nº 0212/2018/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003984-4, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n. 09.2018.00003984-4

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): Peter Ferter

Assunto: acompanhar o cumprimento de acordo extrajudicial relativo à regularização do licenciamento ambiental da ponte existente no interior da Fazenda Força Jovem, localizada no município de Ponta Porã - IC 05/2010

Ponta Porã/MS, 12 de dezembro de 2018.

GISLEINE DAL BÓ
Promotora de Justiça em Substituição Legal

EDITAL Nº 0213/2018/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003985-5, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n. 09.2018.00003985-5

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): Athos Patti Maia e Gustavo Cardoso Patti Maia

Assunto: acompanhar o cumprimento de acordo extrajudicial relativo à regularização jurídico-ambiental da propriedade rural denominada Fazenda Pacuri - IC 06/2011

Ponta Porã/MS, 12 de dezembro de 2018.

GISLEINE DAL BÓ

Promotora de Justiça em Substituição Legal

EDITAL Nº 0214/2018/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003986-6, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n. 09.2018.00003986-6

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): João Siqueira

Assunto: acompanhar o cumprimento de acordo extrajudicial relativo à regularização jurídico-ambiental do imóvel rural denominado Fazenda Santa Terezinha - IC 42/2012

Ponta Porã/MS, 12 de dezembro de 2018.

GISLEINE DAL BÓ

Promotora de Justiça em Substituição Legal

EDITAL Nº 0215/2018/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003988-8, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n. 09.2018.00003988-8

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): Modesto Canan

Assunto: acompanhar o cumprimento de acordo extrajudicial relativo à regularização jurídico-ambiental do imóvel rural denominado Fazenda Terra Vermelha - IC 47/2012

Ponta Porã/MS, 12 de dezembro de 2018.

GISLEINE DAL BÓ

Promotora de Justiça em Substituição Legal

EDITAL Nº 0216/2018/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004013-0, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n. 09.2018.00004013-0

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): Walmor Junior da Silva

Assunto: acompanhar o cumprimento de acordo extrajudicial relativo à regularização jurídico-ambiental do imóvel rural denominado Fazenda Lagoinha - IC 01/2007

Ponta Porã/MS, 12 de dezembro de 2018.

GISLEINE DAL BÓ

Promotora de Justiça em Substituição Legal

EDITAL Nº 0217/2018/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração/recebimento do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00002325-2, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002325-2

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): Município de Antônio João, CEMPRE - COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM, Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados - Abad, Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação - ABIA, Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação - ABINPET, ASSOCIACAO BRASILEIRA DAS INDUSTRIAS DE REFRIGERANTES E BEBIDAS NAO ALCOOLICAS, Associação Brasileira de Proteína Animal, Associação Brasileira de Bebidas - ABRABE, Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais - ABIOVE, Associação Brasileira das Empresas de Produtos Naturais - ABENUTRI, Associação Brasileira de Fabricantes e Importadores de Artigos Escolares ABFIAE, Associação Brasileira da Indústria de Alimentos para Fins Especiais e Congêneres - ABIAD, Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC, Associação Brasileira da Indústria de Chocolate, Cacau, Balas e Derivados - ABICAB, Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - ABRASEL, Associação Brasileira de Gastronomia, Hospedagem e Turismo - ABRESI, Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos - ABRINQ, Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal - SINDAN, Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal - SINDIRAÇÕES, Instituto Aço Brasil, Coca-cola Indústrias Ltda., CARGILL ALIMENTOS LTDA, AMBEV S.A., Atacadão S.A., PEPSICO DO BRASIL LTDA, Nestle Brasil Ltda, Bunge Alimentos S/A, Kellogg Brasil Ltda

Assunto: apurar a existência de danos ambientais, sociais e econômicos relativos à falta de implementação da logística reversa de embalagens compostas de aço no Município de Antônio João

Ponta Porã/MS, 14 de dezembro de 2018

GISLEINE DAL BÓ

Promotora de Justiça em Substituição Legal

EDITAL Nº 0218/2018/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração/recebimento do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00002326-3, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002326-3

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): Município de Antônio João, CEMPRES - COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM, Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados - Abad, Associação Brasileira do Alumínio - ABAL, Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação - ABIA, Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação - ABINPET, Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas Não Alcoólicas - ABIR, Associação Brasileira de Proteína Animal - ABPA, Associação Brasileira de Bebidas - ABRABE, Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja - SINDICERV, Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alta Reciclabilidade - ABRALATAS, Associação Brasileira das Empresas de Produtos Naturais - ABENUTRI, Associação Brasileira de Fabricantes e Importadores de Artigos Escolares ABFIAE, Associação Brasileira da Indústria de Alimentos para Fins Especiais e Congêneres - ABIAD, Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC, Associação Brasileira da Indústria de Chocolate, Cacau, Balas e Derivados - ABICAB, Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - ABRASEL, Associação Brasileira de Gastronomia, Hospedagem e Turismo - ABRESI, Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos - ABRINQ, Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal - SINDAN, Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal - SINDIRAÇÕES, Associação Brasileira dos Fabricantes de Embalagens Laminadas Flexíveis, - ABRAFLEX, Associação dos Fabricantes de Refrigerantes do Brasil - AFREBRAS, Associação Brasileira da Indústria de Leite Longa Vida - ABLV, Coca-cola Indústrias Ltda., CARGILL ALIMENTOS LTDA, AMBEV S.A., Atacadão S.A., PEPSICO DO BRASIL LTDA, Nestle Brasil Ltda, Bunge Alimentos S/A, Kellogg Brasil Ltda

Assunto: apurar a existência de danos ambientais, sociais e econômicos relativos à falta de implementação da logística reversa de embalagens composta de alumínio no Município de Antônio João

Ponta Porã/MS, 14 de dezembro de 2018

GISLEINE DAL BÓ

Promotora de Justiça em substituição legal

EDITAL Nº 0219/2018/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração/recebimento do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00002327-4, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002327-4

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): Município de Antônio João, CEMPRES - COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM, Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados - Abad, Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação - ABIA, Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação - ABINPET, Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas Não Alcoólicas - ABIR, Associação Brasileira de Proteína Animal - ABPA, Associação Brasileira de Bebidas - ABRABE, Associação Brasileira de Indústria de Águas Minerais - ABINAM, Indústria Brasileira de Árvores - IBÁ, Associação Brasileira do Papelão Ondulado - ABPO, Associação Brasileira das Empresas de Produtos Naturais - ABENUTRI, Associação Brasileira de Fabricantes e Importadores de Artigos Escolares ABFIAE, Associação Brasileira da Indústria de Alimentos para Fins Especiais e Congêneres - ABIAD, Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC, Associação Brasileira da Indústria de Chocolate, Cacau, Balas e Derivados - ABICAB, Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - ABRASEL, Associação Brasileira de Gastronomia, Hospedagem e Turismo - ABRESI, Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos - ABRINQ, Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal - SINDAN, Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal - SINDIRAÇÕES, Associação Brasileira das Indústrias de Etiquetas Adesivas - ABIEA, Associação Brasileira da Indústria do Trigo - ABITRIGO, Associação Brasileira da Indústria de Leite Longa Vida - ABLV, Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel - ABTCP, SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A., Coca-cola Indústrias Ltda., CARGILL ALIMENTOS LTDA, AMBEV S.A., Atacadão S.A., PEPSICO DO BRASIL LTDA, Nestle Brasil Ltda, Bunge Alimentos S/A, Kellogg Brasil Ltda

Assunto: apurar a existência de danos ambientais, sociais e econômicos relativos à falta de implementação da logística reversa de embalagens composta de papelão no município de Antônio João

Ponta Porã/MS, 14 de dezembro de 2018

GISLEINE DAL BÓ

Promotora de Justiça em Substituição Legal

EDITAL Nº 0001/2019/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração/recebimento do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00002811-4, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002811-4

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: apurar irregularidade na contratação de professores não qualificados na Escola Estadual Pedro Afonso Pereira Goldoni

Ponta Porã/MS, 10 de janeiro de 2019

GISLEINE DAL BÓ

Promotora de Justiça em substituição legal

EDITAL Nº 0001/2019/03PJ/PPR

A 3ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000027-4, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, nº 1.613 – Jd. Ipanema.

Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000027-4

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): Associação Defensores da Fronteira

Assunto: Receber as prestações de contas da Associação Defensores da Fronteira, de Ponta Porã, eis que, no projeto de implementação de Acordos de Não Persecução Penal é beneficiária de prestações pecuniárias a serem pagas pelos acordantes.

Ponta Porã/MS, 08 de janeiro de 2019.

GISLEINE DAL BÓ

Promotora de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

RIO NEGRO

EDITAL N.º 01/2019

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00002105-4, que está à disposição de quem possa interessar nesta Promotoria de Justiça, sita na Rua Nove de Maio, nº 305 – Tel.: 3278-1356, Centro - Edifício do Fórum, nesta.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002105-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Rio Negro

Assunto: "Apurar eventual deficiência de transporte público no Distrito Nova Esperança, situado no Município de Rio Negro, bem como as condições de higiene do posto de saúde da localidade, tanto em suas dependências quanto no entorno".

Rio Negro, 10 de janeiro de 2019.

THIAGO BONFATTI MARTINS

Promotor de Justiça

EDITAL N.º 02/2019

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro torna pública a instauração do Procedimento Preparatório n.º 06.2019.00000038-5, que está à disposição de quem possa interessar nesta Promotoria de Justiça, sita na Rua Nove de Maio, n.º 305 – Tel.: 3278-1356, Centro - Edifício do Fórum, nesta.

Procedimento Preparatório n.º 06.2019.00000038-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Corguinho

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na execução das obras de construção do Balneário Municipal Barrinha, situado no Município de Corguinho.

Rio Negro, 10 de janeiro de 2019.

THIAGO BONFATTI MARTINS

Promotor de Justiça

EDITAL N.º 03/2019

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro torna pública a instauração do Procedimento Preparatório n.º 06.2019.00000039-6, que está à disposição de quem possa interessar nesta Promotoria de Justiça, sita na Rua Nove de Maio, n.º 305 – Tel.: 3278-1356, Centro - Edifício do Fórum, nesta.

Procedimento Preparatório n.º 06.2019.00000039-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antonio de Jesus Abreu Holsback

Assunto: Apurar eventual utilização indevida de recursos do FUNDERSUL (Fundo de Desenvolvimento do Sistema Rodoviário do Estado de Mato Grosso do Sul) por parte de Antonio de Jesus Abreu Holsback.

Rio Negro, 10 de janeiro de 2019.

THIAGO BONFATTI MARTINS

Promotor de Justiça